



TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017

Com a coordenação de

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CEIS 20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013



O ENSINO DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE QUALITATIVA DOS CURRÍCULOS DA UFF E UNESP

Juliana de Mesquita Pazos¹, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt²

¹Universidade Federal Fluminense, 0000-0001-8771-1531, juliana_mesquita@id.uff.br

²Universidade Federal Fluminense, 0000-0003-1555-4594, clarissaschmidt@id.uff.br

RESUMO Uma efetiva organização do conhecimento arquivístico depreende, fundamentalmente, do aprofundamento teórico e empírico adquirido pelo profissional da informação no decurso de sua formação acadêmica. Nesse sentido, a classificação arquivística assume papel preponderante na teoria, metodologia e prática da Arquivística, porquanto está intimamente ligada à conformação científica da área e à formulação do seu escopo teórico-metodológico; e, desse modo, auxilia na condução adequada do trabalho de organização da informação e do conhecimento nos arquivos. Apesar de sua importância, a área apresenta problemáticas pouco investigadas que influem no modelo de ensino e aprendizagem do profissional da informação. Diante disso, nosso objetivo, neste trabalho, foi o de verificar se a classificação arquivística é objeto de uma disciplina específica na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Estadual Paulista, a fim de analisar se seus currículos e planos de ensino expressam a relevância da operação para a singularidade do profissional da informação. Para tanto, foi empregada metodologia exploratória, qualitativa e analítica para evidenciar o papel da classificação arquivística para a epistemologia Arquivística; estabelecer as especificidades inerentes à função, teoria, terminologia, metodologia e instrumentos produzidos pela operação; explicar o processo de criação da graduação em Arquivologia no Brasil, na UFF e na UNESP, além de analisar seus currículos e planos de ensino, de modo a averiguar possíveis dissonâncias que afetem a formação profissional. A pesquisa demonstrou que ambas as universidades possuem disciplinas voltadas para o estudo exclusivo da classificação arquivística; projetos pedagógicos que determinam a confluência curricular entre as áreas de Arquivologia e Biblioteconomia sob a ótica da Ciência da Informação; e abordam os aspectos relevantes ao estudo da área.

PALAVRAS-CHAVE *Ensino da Classificação Arquivística, Formação do Profissional da Informação, Organização do Conhecimento Arquivístico, Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal Fluminense.*

ABSTRACT An effective organization of archival knowledge derives, fundamentally, from the theoretical and empirical deepening acquired by the professional of the information in the course of its academic formation. In this sense, the classification of records assumes a preponderant role in the theory, methodology and practice of Archival Science, because it is closely linked to the scientific conformation of the area and to the formulation of its theoretical-methodological scope; and thus assists in the proper conduct of the work of organizing information and knowledge in archives. Despite its importance, the area presents little investigated issues that influence the teaching and learning model of the information professional. In view of this, our objective, at work, was to verify if the classification of records is object of a specific discipline at the Federal University of Fluminense and the State University of São Paulo, in order to analyze if its curriculum and teaching plans express the relevance of the operation to the singularity of the information

professional. For that, an exploratory, qualitative and analytical methodology was used to highlight the role of classification of records for Archival Science epistemology; Establish the inherent specificities of the function, theory, terminology, methodology and instruments produced by the operation; to explain the process of creation of the undergraduate degree in Archival Science in Brazil, UFF and UNESP, and analyze their curriculums and teaching plans, in order to investigate possible dissonances that affect professional training. The research demonstrated that both universities have disciplines focused on the exclusive study of classification of records; Pedagogical projects that determine the curricular convergence between the areas of Archival Science and Librarianship from the point of view of Information Science; And discuss aspects relevant to the study of the area.

KEYWORDS *Archival Classification Teaching, Archival Knowledge Organization, Fluminense Federal University, Information Professional Training, São Paulo State University.*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

1. INTRODUÇÃO

A Arquivística, inserida no escopo da Ciência da Informação, partilha do intento de satisfazer às necessidades informacionais dos indivíduos. Nesse sentido, a classificação arquivística destaca-se por salvaguardar as informações contidas nos documentos, garantindo a transparência e o compartilhamento de informações, o respaldo de decisões organizacionais e o exercício da plena cidadania pelos usuários (Sousa, 2003). Recordamos, ainda, que a obra elementar da área (o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos”, publicado em 1898) foi sistematizada, em grande parte, pela urgência de um método classificatório que atendessem às especificidades inerentes ao documento de arquivo; e que os princípios da Proveniência e da Ordem Original foram formulados pela mesma razão.

Assim, podemos afirmar que a classificação arquivística é uma operação que fundamenta e distingue todo o labor do profissional da informação em arquivos, pois assume papel preponderante na organização da informação e do conhecimento arquivístico.

Segundo Rousseau e Couture (1998), o surgimento dos Princípios da Proveniência e da Ordem Original ocorreu em reação à aplicação dos métodos de classificação bibliográficos aos acervos arquivísticos, que ocasionavam mutilações nos fundos de arquivo, prejudicando a representação das funções e atividades do organismo produtor. Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2009) recordam que as classificações bibliográficas começaram a ser empregadas nos arquivos no final do século XVII, com o despontar do pensamento iluminista, na tentativa de organizar a documentação para satisfazer à demanda do público erudito, comprometendo de forma permanente a organicidade da documentação e seu potencial informacional.

Nesse contexto, Schmidt e Smit (2015) sublinham que as informações contidas nos documentos de arquivo são asseguradas através da classificação arquivística. Lopes (1996) e Sousa (2003) defendem que a classificação arquivística, ao exprimir o contexto orgânico-funcional do fundo, auxilia na conformação do patrimônio histórico-documental institucional/social e funciona como intermediária entre a informação contida no acervo arquivístico e a satisfação das necessidades informacionais dos usuários. E Gonçalves (1998) define a classificação arquivística como uma operação lógica que consiste em criar categorias referentes à estrutura, funções e atividades meio e fim da entidade produtora dos documentos, de modo a evidenciar as relações orgânicas existentes entre ela e seus documentos. O

produto final dessa operação se manifesta num Plano de Classificação/Quadro de Arranjo, no qual os documentos são ordenados hierarquicamente no interior de fundos, em séries e subséries, conforme sua composição estrutural e/ou funcional.

No entanto, Sousa (2006, p. 133) recorda que “o reconhecimento da importância da função classificação não garantiu um aprofundamento e um cuidado maior com a questão”, elencando questões não solucionadas de ordem terminológica e metodológica, tais como: a inexatidão quanto à aplicação de termos distintos para um mesmo processo classificatório (classificação e arranjo); a crença errônea na similaridade entre as atividades de classificação, ordenação e arquivamento; e a aplicação equivocada de métodos classificatórios estranhos às especificidades do documento de arquivo. Nessa linha de pensamento, Lopes (1997, p. 92) declara que “são raros, também, os textos que falam sobre, especificamente, classificação de documentos ou informações na fase ativa e semi-ativa. A bibliografia refere-se, nos grandes manuais e em outras obras, à classificação operada nos arquivos permanentes”.

Este cenário em que a classificação arquivística se apresenta como vital para a área, mas prossegue com problemáticas que são pouco investigadas, influi diretamente no modelo de ensino e aprendizagem dos estudantes dos cursos de Arquivologia.

Diante disso, nosso objetivo, neste trabalho, foi verificar se a classificação arquivística é lecionada como disciplina específica na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Estadual Paulista (UNESP), de modo a analisar se os planos de ensino demonstram a relevância da operação para a singularidade do profissional da informação em arquivos; se abrangem suas problemáticas teóricas e práticas; e se diferenciam a classificação arquivística da bibliográfica, considerando o histórico de uso das classificações temáticas nos arquivos. Para tanto, buscamos evidenciar, através de uma abordagem teórica e analítica, o papel da classificação para a cientificidade da Arquivística; explicar o processo de institucionalização universitária do curso de Arquivologia no Brasil, na UFF e na UNESP; e examinar os currículos dessas universidades e os planos de ensino das suas disciplinas, para verificar se as especificidades inerentes à função, teoria, terminologia, metodologia e instrumentos produzidos pela classificação arquivística são abordados no modelo disciplinar proposto.

2. METODOLOGIA

Considerando a destacada relevância da função classificação para o tratamento documental arquivístico, as problemáticas conceituais e operacionais que a cercam e a carência de pesquisas na área, julgamos pertinente o presente trabalho de pesquisa que tem como proposta problematizar os preceitos fundamentais que norteiam o processo de classificação em arquivos na raiz da formação acadêmica do profissional da informação em arquivos, mediante um estudo nos currículos e planos de ensino do curso de Arquivologia da UFF e UNESP. Justificamos esse recorte de pesquisa pelo fato de que estas universidades, localizadas no sudeste do país, operacionalizam os currículos de Arquivologia e Biblioteconomia sob a ótica interdisciplinar da Ciência da Informação e, ainda, possibilitam uma visão mais abrangente sobre o ensino da classificação arquivística no âmbito de uma universidade federal e de uma estadual.

Neste sentido, a metodologia caracterizou-se por uma abordagem exploratória, qualitativa e analítica. O método foi aplicado sob uma perspectiva dialética, isto é, a identificação dedutiva dos aspectos gerais que distinguem e orientam a classificação arquivística; e a investigação indutiva das particularidades

do modelo disciplinar nos currículos das graduações em Arquivologia da UFF e UNESP, entendidos como um produto social que reflete um tempo, espaço e contexto determinados.

A consolidação do referencial teórico decorreu de uma revisão bibliográfica a respeito do estudo da classificação arquivística, de modo a identificar e selecionar os elementos mais relevantes ao seu ensino. Para conformação da parte empírica, e satisfação dos objetivos a que essa pesquisa se propõe, realizamos pesquisa documental das legislações que regem os currículos, além do levantamento dos planos de ensino das disciplinas nos sítios eletrônicos da UFF e UNESP, e/ou por contato via e-mail com as respectivas coordenações de cursos.

3. A ARQUIVÍSTICA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

A fundação do Arquivo Nacional brasileiro ocorreu em 1838 (intitulado Arquivo Público do Império) e foi determinante para o desenrolar do pensamento arquivístico no país. De acordo com Marques (2007), o Arquivo Nacional foi responsável pelas primeiras tentativas de organizar cursos de capacitação profissional para tratar dos arquivos, empenhando-se por estabelecer um curso de formação profissional em arquivos em suas dependências. O objetivo foi alcançado com a implantação definitiva do Curso Permanente de Arquivos (CPA), no ano de 1960, baseado numa tradição francesa de gestão e organização de arquivos.

Na década seguinte, foi fundada a Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB (1971-2015), que reuniu profissionais inclusive na defesa da institucionalização universitária do CPA e da regulamentação da profissão de arquivista. Também promoveu os primeiros congressos brasileiros de Arquivologia e elaborou o primeiro periódico científico da área, chamado “Arquivo & Administração” (1972-2015), impulsionando o desenvolvimento da Arquivística brasileira enquanto campo do Fazer e Saber. Em 1977, o CPA transformou-se no curso universitário de Arquivologia da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO); e a profissão de arquivista foi regulamentada pela Lei n. 6.546 (1978) (Fonseca, 2005; Marques, 2007).

Nesse sentido, Schmidt (2012) defende que a AAB atuou como mediadora das necessidades dos trabalhadores da área, que ansiavam por uma formação mais completa, uma profissão reconhecida segundo seu mérito, e saberes pensados no *lócus* da universidade e da pesquisa científica. E Marques (2007) argumenta que a institucionalização acadêmica da Arquivística era uma necessidade premente, visto que o aumento do número de arquivos no país não refletia num cuidado maior com o Fazer e Saber arquivísticos.

As décadas seguintes foram marcadas pela consolidação do pensamento arquivístico no âmbito universitário, com a expansão do número de cursos de graduação em Arquivologia no país; qualificação do corpo docente dessas graduações com a entrada dos mesmos na pós-graduação; ampliação das áreas de concentração dos cursos de pós-graduação que permitiam a pesquisa em Arquivologia, com destaque na Ciência da Informação; maior produção e comunicação científicas em periódicos da área por professores universitários; e a saída de profissionais das instituições arquivísticas para a universidade (Fonseca, 2005).

Isto posto, consideramos de suma importância investigar como decorre o ensino da classificação arquivística nas universidades brasileiras e como seus conceitos – fundamentais e, por vezes,

problemáticos – são apreendidos pelo futuro arquivista. Essa opinião é corroborada por Britto (1999) e por Fonseca (2005), que defendem a necessidade de examinar constantemente a adequação das matrizes curriculares às necessidades profissionais e intelectuais do profissional da informação.

3.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

A Universidade Federal Fluminense é uma instituição pública de ensino superior mantida pelo Governo Federal desde sua criação em 1960. O curso de Bacharel em Arquivologia foi implementado pela Resolução n. 73 (1978), sendo reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 1985, junto ao Departamento de Documentação, no Instituto de Artes e Comunicação Social (Niterói, Rio de Janeiro). Atualmente encontra-se vinculado ao Departamento de Ciência da Informação e compartilha um projeto pedagógico comum ao curso de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

Desde a criação do curso de Arquivologia da UFF, vigoraram três currículos plenos, que sofreram ajustes curriculares pontuais que não serão abordados nesse trabalho, salvo aquele responsável pela introdução da disciplina Classificação Arquivística no terceiro currículo universitário.

A primeira matriz curricular foi instituída pela Resolução n. 53 (1978), sendo composta por 35 disciplinas obrigatórias de núcleos básico e profissional (2.985 horas), 5 disciplinas optativas (300 horas), 2 estágios supervisionados (270 horas) e as disciplinas de Prática desportiva (60 horas) e Estudo de problemas brasileiros [Educação moral e cívica] (60 horas). Os prazos mínimo, médio e máximo para a conclusão do curso eram, respectivamente, 6, 8 e 10 períodos.

O segundo currículo foi introduzido por meio da Resolução n. 84 (1993), de modo a articular graduação e extensão. O currículo básico e profissional passou a ser composto por 37 disciplinas obrigatórias (2.445 horas), 2 disciplinas optativas (120 horas), 2 disciplinas eletivas (120 horas), 1 estágio supervisionado (225 horas) e 1 trabalho de conclusão de curso (120 horas). A duração mínima, média e máxima para integralização mudou para 7, 8 e 16 períodos.

O terceiro currículo, incorporado pela Resolução n. 297 (2006), resulta dos debates que se iniciaram no ano de 2001 a respeito da congruência entre os projetos pedagógicos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia e Documentação dentro do Departamento de Ciência da Informação. As reflexões foram estimuladas pela necessidade de adequação à política pedagógica da universidade, pautada numa perspectiva interdisciplinar e/ou transdisciplinar; e pela articulação do eixo comum disciplinar entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia realizada pelo MEC. O currículo foi, então, organizado em 3 núcleos: o específico, com 10 disciplinas (600 horas); o geral, com 22 disciplinas (1.350 horas) comuns ao curso de Biblioteconomia e Documentação, incluindo o trabalho de conclusão de curso (120 horas); e o complementar, com 5 disciplinas obrigatórias (350 horas), 2 disciplinas optativas (120 horas), 1 estágio supervisionado (120 horas) e as atividades acadêmicas (120 horas). A duração mínima, média e máxima para a conclusão do curso foi mantida em 7, 8 e 16 períodos.

Ao analisarmos esses três currículos plenos, encontramos em cada um deles alguma disciplina que se refere à classificação (não necessariamente arquivística) em sua nomenclatura, a saber: Introdução à Classificação (1978-1993), Fundamentos da Classificação (1993-2006) e Classificação em Arquivos (2016-). Nos planos de ensino das disciplinas Introdução à Classificação e Fundamentos da Classificação não foram verificadas preocupações com a classificação arquivística, visto que os conteúdos eram voltados puramente para as classificações filosóficas e bibliográficas.

Em relação à classificação arquivística, apesar da sua comprovada importância, inexistiu qualquer disciplina exclusivamente voltada ao seu estudo desde a criação da graduação até o ano de 2016, quando a disciplina Classificação em Arquivos tornou-se obrigatória, após dois períodos letivos como optativa. Cabe ressaltar que, no decorrer desse período, a classificação arquivística foi tratada, ainda que de maneira breve, como matéria das seguintes disciplinas: Gestão de Documentos II (1993-) e Linguagens Documentárias Notacionais (2007-), que dedicam uma unidade do plano de ensino à classificação arquivística; e Representação da Informação (2007-), que trata paralelamente dos preceitos das classificações arquivística e bibliográfica, com ênfase na recuperação da informação.

Assim, a disciplina Classificação em Arquivos (60 horas), incluída no 5º período acadêmico do terceiro currículo pleno através da Resolução n. 175 (2016), volta-se exclusivamente para o ensino da classificação em arquivos. A disciplina exige como pré-requisitos as disciplinas Fundamentos Arquivísticos I e II e Gestão de Documentos I e II, num encadeamento que tem a seguir as disciplinas de Avaliação e Seleção de Documentos, Arquivos Permanentes e Descrição Arquivística, de modo que as principais funções envolvidas no tratamento e organização de arquivos estejam representadas na matriz curricular.

A avaliação do plano de ensino demonstra que os aspectos considerados relevantes para a literatura especializada no ensino da teoria, metodologia e operacionalização da classificação em arquivos são realizados a contento, tais como: a verificação histórica dos métodos de organização e classificação de documentos arquivísticos; a metodologia classificatória baseada nos aspectos estruturais e/ou funcionais do organismo produtor, e não na sua recuperação temática; o debate acerca dos conceitos de classificação e arranjo, seja como procedimentos distintos ou como um mesmo procedimento referido por dois termos; e a operacionalização da classificação através de um instrumento (plano de classificação/quadro de arranjo) e de métodos adjacentes para ordenação e arquivamento.

Quadro 1. Plano de Ensino da Disciplina Classificação em Arquivos (2016-)

Ementa	A classificação na teoria e na prática Arquivística. Teorias e metodologias para classificação em arquivos. Ordenação e arquivamento. Métodos estrutural e funcional. Elaboração de instrumentos de classificação.
Objetivos	Abordar a teoria da classificação em Arquivos. Entender os fatores e processos envolvidos na Classificação em Arquivos. Conhecer os métodos para Classificação e Arranjo. Possibilitar o reconhecimento e classificação de principais tipos documentais, bem como a elaboração de instrumentos de classificação.
Conteúdo Programático	A função Classificação e os documentos de arquivo: a Classificação na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia; teorias da Classificação em Arquivos; Classificação e Arranjo. Teorias e metodologias para classificação em arquivos: ordenação e arquivamento; elementos da Classificação e tipos de Classificação; elaboração e análise de instrumentos de classificação.

Fonte: elaborado pelas autoras.

3.2 A UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” é uma universidade pública brasileira mantida pelo Governo do Estado de São Paulo desde sua criação em 1976. O curso de Bacharel em Arquivologia foi implementado na Faculdade de Filosofia e Ciências (Marília, São Paulo) através da Resolução n. 26 (2003), sendo reconhecido pelo MEC em 2014. Atualmente está vinculado ao departamento de Ciência da Informação, assim como o bacharelado em Biblioteconomia.

A primeira matriz curricular do curso foi instituída pela Resolução n. 87 (2003), que determinava a composição do currículo pleno por 41 disciplinas obrigatórias de núcleos geral e específico (2.460 horas), 2 disciplinas optativas (60 horas), 1 estágio supervisionado (252 horas) e 1 trabalho de conclusão de curso (sem atribuição de horas). O prazo mínimo e máximo para a conclusão do curso eram, respectivamente, de 4 e 7 anos.

Esse currículo já evidenciava uma preocupação com a função classificação arquivística, haja vista o estabelecimento da disciplina Classificação e Arranjo Documental (2003-2012), no 5º período letivo, composta por aulas teóricas (30 horas) e práticas (30 horas).

A matriz curricular sofreu alterações significativas com a Resolução n. 157 (2012). Foi estabelecido um sistema de pré-requisitos entre as disciplinas e o currículo pleno passou a ter 44 disciplinas obrigatórias de núcleos geral e específico (2.190 horas), 4 disciplinas optativas (240 horas), 1 estágio curricular (210 horas), 1 trabalho de conclusão de curso (120 horas) e atividades complementares (90 horas). O estágio curricular ficou atrelado ao 5º período em diante, sob a seguinte divisão operacional: arquivos correntes e intermediários (60 horas), classificação arquivística (30 horas), descrição (30 horas), preservação (30 horas) e arquivos permanentes (60 horas). A feitura do trabalho de conclusão de curso ficou vinculada às linhas de pesquisa desenvolvidas pelo corpo docente na pós-graduação, no intento de aproximar a graduação em Arquivologia e a pós-graduação em Ciência da Informação. Manteve-se a duração do curso em 4 (mínimo) e 7 (máximo) anos.

Nesse currículo consta a disciplina Classificação Arquivística, composta por aulas teóricas (30 horas) e teórico-práticas (30 horas), estando vinculada ao 4º período letivo, sendo lecionada paralelamente às disciplinas Produção Documental, Arquivos Correntes e Intermediários e Planejamento e Gestão de Unidade Arquivísticas, evidenciando a necessidade da classificação arquivística desde a gênese do documento de arquivo. Não existem pré-requisitos necessários ao curso.

Verifica-se que as disciplinas Classificação e Arranjo Documental (2003-2012) e Classificação Arquivística (2012-) compartilham a mesma ementa, ainda que os objetivos e o conteúdo programático tenham sido aprofundados, o que nos permite inferir que se trata de uma mesma disciplina que teve sua nomenclatura modificada com a reestruturação curricular. Todavia, essa alteração é significativa, pois demonstra o posicionamento do curso quanto à questão terminológica envolvida na classificação arquivística, ou seja, nos parece que ao excluir o termo “arranjo documental” existe a compreensão da classificação e do arranjo como um mesmo processo classificatório no âmbito dos arquivos.

Além disso, a análise dos planos de ensino dessas disciplinas demonstram que: (i) a teoria, metodologia, terminologia e operacionalização da classificação arquivística é realizada sob a defesa da não importação de métodos estranhos às especificidades do documento de arquivo; (ii) existe a preocupação em inserir a função classificação arquivística dentro da política de gestão documental, com vistas ao controle eficiente e eficaz dos documentos produzidos por empresas públicas e/ou privadas; (iii) o Princípio da Proveniência é destacado como fundamento da função ao orientar os métodos de feitura do instrumento de classificação a partir da estrutura e/ou funções da entidade produtora; (iv) a diferença entre a composição do fundo de arquivo e da coleção documental é abordada, possibilitando compreender que a classificação arquivística (manutenção do contexto de produção dos documentos e da sua organicidade) possui objetivos e usos distintos da classificação bibliográfica (disposição física nas estantes para posterior localização e recuperação de documentos diversos); (v) a dicotomia terminológica e operacional existente entre os procedimentos de classificação e arranjo são discutidas pelas diferenças e similaridades dos instrumentos produzidos; (vi) a ordenação interna das séries

documentais dentro do fundo é debatida a partir dos critérios que a orientam, da sua operacionalização e dos instrumentos de trabalho produzidos para controle e acesso; e (vii) o procedimento de arquivamento não é mencionado, mas supomos que seja abordado quando trabalhados os temas de ordenação e codificação no plano de classificação.

Quadro 2. Planos de Ensino das Disciplinas Classificação e Arranjo Documental e Classificação Arquivística

Disciplinas	Classificação e Arranjo Documental (2003-2012)	Classificação Arquivística (2012-)
Ementa	Classificação, ordenamento, controle e destinação dos documentos como elementos para uma política de gestão documental.	Classificação, ordenação, controle e destinação dos documentos como elementos para uma política de gestão documental.
Objetivos	Avaliar e aplicar instrumentos de classificação e arranjo para a elaboração de programas e políticas voltadas para a eficiência e economia da administração pública e privada.	Construir planos de classificação e quadros de arranjo de fundos arquivísticos. Aplicar a classificação na elaboração de programas e políticas voltadas para a eficiência e economia da administração pública e privada.
Conteúdo Programático	Introdução à classificação: princípios de procedência e respeito aos fundos. O fundo de arquivo e sua estrutura interna: as séries documentais. Sistemas de classificação do fundo de arquivo. Ordenação de séries documentais: critérios, operação, unidade, instrumentos de trabalho, controle e acesso.	Introdução à classificação: princípios de procedência, respeito aos fundos e organicidade. Identificação do fundo e sua diferença de coleção. O fundo de arquivo e sua estrutura interna: as séries documentais. Sistemas de classificação do fundo de arquivo: métodos estruturais e funcionais. Plano de classificação e arranjo documental: diferenças e semelhanças. Elaboração e codificação do plano de classificação. Ordenação de séries documentais: critérios, operação, unidade, instrumentos de trabalho, controle e acesso. A classificação arquivística como instrumento da gestão documental: o plano de classificação e a construção da tabela de temporalidade.

Fonte: elaborado pelas autoras.

4. CONCLUSÕES

A Arquivologia consolidou-se como um campo científico autônomo nos fins do século XIX, a partir da publicação de um manual de arquivistas holandeses sobre os preceitos teórico-metodológicos que fundamentam o trabalho de classificação e descrição dos documentos produzidos e acumulados organicamente nos arquivos. Desde então, a área preocupou-se em estabelecer seu *corpus* teórico e prático sob a égide do Princípio de Proveniência, buscando manter a integridade intelectual e física dos documentos no interior de um fundo documental.

Nesse contexto, a Classificação Arquivística assume um papel preponderante na epistemologia da Arquivística e na teoria, metodologia e prática da área em todas as fases do seu ciclo documental. Portanto, em todo o labor profissional do arquivista. Também recebe influências de áreas afins e possui dilemas não solucionados de ordem teórica, metodológica, terminológica e operacional.

A análise dos três currículos plenos que vigoraram no curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense revelou que, apesar da comprovada relevância da classificação arquivística para a teoria e a prática arquivísticas, inexistiu qualquer disciplina obrigatória voltada

exclusivamente para o seu estudo desde a implantação da graduação em 1978 até o ano de 2016, quando a disciplina Classificação em Arquivos tornou-se obrigatória. Averiguamos que, no decorrer desse período, a classificação arquivística foi abordada, ainda que de forma pontual e não exclusiva, pelas disciplinas Gestão de Documentos II (1993-), Representação da Informação (2007-) e Linguagens Documentárias Notacionais (2007-).

Por sua vez, a análise dos dois currículos plenos praticados no curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho demonstra uma preocupação em distinguir disciplinas voltadas para o ensino exclusivo da classificação arquivística: Classificação e Arranjo Documental (2003-2012) e Classificação Arquivística (2012-).

Assim, esta pesquisa demonstrou que ambas as universidades possuem, atualmente, disciplinas voltadas para o estudo exclusivo da classificação arquivística, além de projetos pedagógicos que determinam a confluência curricular entre as áreas de Arquivologia e Biblioteconomia em departamentos de Ciência da Informação. A análise dos planos de ensino das disciplinas de Classificação em Arquivos (UFF) e Classificação Arquivística (UNESP) demonstra que ambas abordam os conteúdos apontados pela literatura especializada como relevantes ao ensino da classificação arquivística, isto é, a verificação histórica dos métodos de classificação de documentos arquivísticos e sua relação com o nascimento científico da Arquivística; a abordagem teórica e metodológica da classificação arquivística obedecendo aos princípios da Proveniência e da Ordem Original, tomando como base os aspectos estruturais e funcionais da entidade produtora e negando a importação de metodologias estranhas às especificidades dos documentos arquivísticos; a discussão teórica, metodológica e terminológica que envolve os termos classificação, arranjo, ordenação e arquivamento; e a operacionalização técnica do plano de classificação/quadro de arranjo através de métodos adjacentes de ordenação e arquivamento.

Diante do exposto, consideramos que a formação do profissional da informação, na atual Era do Conhecimento, deve abranger conhecimentos teóricos e técnicos que possibilitem uma constante reflexão acerca das teorias que orientam as práticas nos distintos ambientes produtores de informação em relação com o papel social desse profissional na organização e divulgação das informações sob sua guarda. Nas instituições ou unidades arquivísticas, distinguimos a classificação arquivística como a operação que exprime o contexto de produção dos documentos, mantendo a organicidade e a autenticidade dos documentos de arquivo e, portanto, suas informações preservadas nos ambientes analógico e digital. A análise do modelo formativo quanto à classificação arquivística empregado nas universidades analisadas, demonstrou que para a UFF essa foi uma preocupação secundária até o ano de 2016, quando foi instituída uma disciplina voltada para o ensino exclusivo da classificação em arquivos, ainda que o projeto pedagógico do curso determinasse desde 2007 a integração dos currículos de Arquivologia e Biblioteconomia, sob a orientação do Departamento de Ciência da Informação, para uma ampla formação do profissional da informação. Já na UNESP, essa foi uma questão pensada desde a criação do curso, que também possui um projeto pedagógico de tronco-comum disciplinar.

Por fim, acreditamos que o presente trabalho de pesquisa atingiu aos objetivos propostos, pois foi procedida a análise do ensino da função classificação arquivística nas matrizes curriculares interdisciplinares da UFF e da UNESP sob um viés histórico das próprias universidades federal e estadual; do reconhecimento da graduação alinhada ao projeto pedagógico da Biblioteconomia; das reestruturações curriculares; e dos planos de ensino das disciplinas. Por isso, acreditamos que esse estudo pode vir a contribuir positivamente para trabalhos futuros acerca tanto do ensino universitário da função classificação arquivística quanto da institucionalização universitária da Arquivística no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação dos Arquivistas Holandeses. (1973). *Manual de arranjo e descrição de arquivos* (M. A. Wanderley, Trad.). (2a ed.). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. (Obra original publicada em 1898).
- Britto, M. T. N. (1999). Cartografia do ensino universitário da Arquivologia nas Américas. In J. M. Jardim, & M. O. Fonseca (Orgs.), *A formação do arquivista no Brasil* (Cap. 1, pp. 9-30). Niterói: EdUFF.
- Fonseca, M. O. (2005). *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Gonçalves, J. (1998). *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado.
- Lei n. 6.546, de 04 de julho de 1978*. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm
- Lopes, L. C. (1996). *A informação e os arquivos: teorias e práticas* (1a ed.). Niterói, São Carlos: EdUFF, EdUFSCAR.
- Lopes, L. C. (1997). *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- Marques, A. A. C. (2007). *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Resolução UNESP n. 26, de 22 de maio de 2003*. Dispõe sobre a criação do Curso de Arquivologia junto à Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília. Recuperado de <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>
- Resolução UNESP n. 87, de 25 de julho de 2003*. Estabelece a estrutura curricular do Curso de Arquivologia junto a Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília. Recuperado de <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>
- Resolução UNESP n. 157, de 4 de dezembro de 2012*. Estabelece a estrutura curricular do Curso de Arquivologia da Faculdade de Filosofia e Ciências do câmpus de Marília. Recuperado de <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>
- Resolução UFF n. 53, de 31 de agosto de 1978*. Estabelece o Currículo do Curso de Graduação em Arquivologia.
- Resolução UFF n. 73, de 28 de junho de 1978*. Dispõe sobre a Criação do Curso em Arquivologia.
- Resolução UFF n. 84, de 05 de maio de 1993*. Estabelece o Currículo do Curso de Graduação em Arquivologia.
- Resolução UFF n. 175, de 04 de maio de 2016*. Estabelece o Ajuste Curricular do Curso de Graduação em Arquivologia, Grau: Bacharelado, aprovado pela Resolução n.º 297/2006 e alterada pelas

Resoluções n.º 165/2008, 011/2010, 326/2010 e 32/2015 deste Conselho. Recuperado de <http://www.noticias.uff.br/bs/bs.php>

Resolução UFF n. 297, de 29 de novembro de 2006. Estabelece o Currículo do Curso de Graduação em Arquivologia. Recuperado de <http://www.noticias.uff.br/bs/bs.php>

Rousseau, J., & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Schmidt, C. M. S., & Smit, J. (2015, novembro). Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. *Anais do Congresso ISKO Espanha-Portugal*, Múrcia, Espanha, 2.

Silva, A. M., Ribeiro, F., Ramos, J. & Real, M. L. (2009). *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação* (3a ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Sousa, R. T. B. (2003). Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In G. M. Rodrigues, & I. Leite (Orgs.), *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação* (pp. 240-269). Brasília: CID/Thesaurus.

Sousa, R. T. B. (2006). Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net*, 2 (2), 120-142.

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). *Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia*. Marília: Unesp.

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2012). *Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia*. Marília (SP): Unesp.